

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011
(Do Sr. Mandetta)

Solicita realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Defesa do Consumidor para discutir as implicações do uso do telefone celular na saúde de seus usuários.

Senhor Presidente,

Nos termos dos Arts 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família, a realizar-se em data a ser agendada, o Ministro de Estado da Saúde, **Sr. Alexandre Padilha**, o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, **Sr. Aloizio Mercadante**, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, **Sr. Ronaldo Sardenberg** e o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, **Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano**, para discussão das ações governamentais acerca das implicações à saúde do uso do telefone celular.

JUSTIFICAÇÃO

O aumento na utilização de aparelhos de telefonia móvel no Brasil atingiu proporções inimagináveis há alguns anos atrás. A relação entre o número de aparelhos e o total de habitantes chegou à média de dois celulares para cada brasileiro. É, portanto, um item de alta relevância frente às autoridades do setor, principalmente quando estudos científicos atestam que o celular, pela emissão de ondas curtas a uma distância próxima ao cérebro, é uma ameaça para a saúde de seus usuários.

Nas palavras de Keith Black, neurologista do Centro Médico Cedars-Sinai, em Los Angeles: “O que a radiação do microondas faz, em termos mais simples, é



D2FF4F8E19

semelhante ao que acontece aos alimentos no microondas: cozinha o cérebro". Nessa linha, fica claro que o uso continuado do celular expõe o ser humano a contingências de alto risco que, se não consideradas como um caso de saúde pública, poderão trazer imensos prejuízos para a população nacional.

Ao propor audiência pública que reúna as mais altas autoridades das áreas da saúde, da tecnologia e das agências reguladoras que cuidam do setor, propiciaremos o ambiente ideal para a articulação de programas voltados a mitigar os efeitos danosos do celular na vida dos brasileiros.

Creio ser a audiência pública, com a presença das autoridades acima citadas, aliada à participação popular e aos representantes eleitos pelo povo, a arena precisa em que os mais diversos colaboradores poderão externar seus pontos de vista e suas orientações acerca do tema.

Sala da Comissão, em de de 2011.

**Deputado Mandetta
DEM/MS**

